Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS
Vol. 15 Nº 30, Jan - Jun de 2023
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Sexo, bombas e democracia: atentados de extrema-direita e revistas eróticas na abertura da ditadura civil-militar

Sex, bombs and democracy: far-right attacks and erotic magazines in the opening of the civil-military dictatorship

Airton de Farias*

Resumo: Extremistas de direita, a partir do final da década de 1970, promoveram uma série de atentados terroristas contra o processo de abertura da ditadura civil-militar. Esses setores entendiam que a flexibilização do regime abria espaços para a atuação dos "subversivos". Entre os alvos das bombas, estavam as bancas de jornais e revistas. Sem desconsiderar os aspectos políticos, este artigo busca mostrar como os elementos morais, envolvendo a negociação de revistas eróticas/pornográficas, também contribuíram para os ataques terroristas a jornaleiros. As publicações eróticas, nas representações dos extremistas de direita, serviam aos projetos comunistas de tomada do poder, pois depravavam a sociedade e corrompiam a juventude. Para diversos segmentos da população, inclusive, os que apoiavam a democratização do País, a abertura da ditadura possibilitara uma depravação dos costumes e era necessária a censura moral. A pesquisa se fundamenta na análise de documentos do regime ditatorial e em jornais do período.
Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Terrorismo de extrema-direita. Revistas eróticas.

Abstract: Right-wing extremists, from the end of the 1970s, promoted a series of terrorist attacks against the opening process of the civil-military dictatorship. These sectors understood that the flexibility of the regime opened spaces for the action of the "subversives". Among the targets of the bombs were newsstands and magazines. Without disregarding the political aspects, this article seeks to show how the moral elements, involving the negotiation of erotic/pornographic magazines, also contributed to the terrorist attacks on newspaper vendors.

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), licenciado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor de vários colégios e faculdades do Ceará por anos, atualmente ministra aulas no Instituto Federal do Ceará (IFCE).

Erotic publications, in the representations of right-wing extremists, served communist projects to take power, as they depraved society and corrupted youth. For several segments of the population, including those who supported the country's democratization, the opening of the dictatorship had made possible a depravity of customs and moral censorship was necessary. The research is based on the analysis of documents from the dictatorial regime and newspapers from the period.

Keywords: Civil-military dictatorship. Extreme right terrorism. Erotic magazines.

Introdução

Por mais que se tenha, no processo de distensão/abertura[1], abraçado o consenso em torno da democracia (CORDEIRO, 2015), fundamentando a representação de uma sociedade democrática, plural e aberta (AARÃO REIS, 2000), muitos setores da população continuaram apegados a valores tradicionais, sobretudo, no que tange a questões comportamentais. Se o final da ditadura foi marcado por uma crescente liberdade de expressão e diminuição da censura, as posturas moralistas e de defesa dos denominados bons costumes ainda se faziam presente, especialmente, contra o que foi chamado, pelos contemporâneos, de uma "onda pornografia", a qual varreria, então, o País. Tal "onda" abarcou diversas áreas, como as da televisão, do cinema e, especificamente, no que nos interessa mais aqui, do mercado editorial, com revistas, expostas em bancas de jornais, tratando de nudez e sexo. Isso provocou a reação de grupos conservadores, a ponto de jornaleiros terem sido alvos de ações da própria ditadura civil-militar e dos atentados da extrema-direita terrorista.

[1] Usamos aqui as expressões "flexibilização", "liberalização", "distensão" e "abertura" da ditadura civil-militar como sinônimo, no sentido de designar ao processo político ocorrido entre 1974 e 1985 e que redundaria na posterior democratização do País. Na historiografia, tradicionalmente, divide-se esse período em dois: o da "distensão", para se referir ao intervalo no qual governou Geisel (1974-79), com medidas de descompressão do regime, e o da "abertura" (1979-85), no qual o País apresentou João Figueiredo na presidência e o processo político de democratização se incrementou. Ressalte-se que havia uma oscilação entre o emprego dos termos "distensão" e "abertura" pelos agentes históricos do período, termos usados indistintamente, por vezes, e essa subdivisão didática não pode ser pensada de forma fechada (MOTTA, 2021, p. 246).

Segundo a revista semanal Isto É[2], o Brasil mergulhara em um festival pornográfico. Publicações, com mulheres e homens nus, atingiam tiragem com centenas de milhares de exemplares. As chamadas pornochanchadas prosperaram e filmes eróticos clássicos, enfim liberados pela censura oficial, eram estrondosos sucessos de bilheteria nos cinemas. As novelas da Rede Globo de Televisão apresentavam audiências gigantescas, tratando de temas como sexo e adultério. Um jornalista chegou a dizer que acontecia no Brasil não uma abertura democrática, mas, sim, uma abertura pornográfica[3].

Nessa conjuntura, ocorreram ataques terroristas[4] realizados por grupos de extrema-direita, contrários ao processo de distensão do regime. Um dos alvos das bombas foram as bancas de jornais. Comumente, se relaciona os ataques aos jornaleiros à venda de jornais da imprensa alternativa. Neste artigo, buscamos mostrar e entender que um aspecto moral – que não deixava de guardar relação com o elemento político, ressalve-se – também deve ser considerado para explicar os atentados dos extremistas contra bancas em diversos locais do País.

A "abertura pornográfica"

Durante o governo dos generais, ao lado da censura político-ideológica da imprensa, houve, igualmente, a chamada censura moral, voltada para as diversões públicas e espetáculos, tendo em vista a defesa da moral e dos bons costumes. Era de responsabilidade da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), ligada à Polícia Federal e subordinada ao Ministério da Justiça (KUSHNIR, 2004, p. 28). Essa censura de caráter moral ou comportamental, preocupada em defender valores da família, religião e pátria, já existia, legalmente, ante da implantação da ditadura civil-militar, embora, com esta, tenha melhor se estruturado e se intensificado (QUINALHA, 2021, p. 177 e seguintes), inclusive, abarcando publicações. Embora já existissem legislações anteriores que permitissem o controle da circulação de impressos, como a Lei de

[2] Isto É, 1º/10/1980.
[3] Themistocles de Castro e Silva, na coluna "Tudo é política". Correio do Ceará, 19/09/1980.
[4] Não há consenso e nenhuma definição pode abarcar todas as variedades do que se entendeu como terrorismo ao longo da história. Na atualidade, embora ainda haja discussões, tende-se a associar o terrorismo a grupos não-estatais que recorrem ao uso sistemático, ou ameaça do uso, da violência contra pessoas ou coisas, com fins políticos, na intenção de derrubar, pressionar ou desestabilizar um governo (BONANATE, 2004, p. 1242).

Imprensa (Lei nº 5250, de 1967), foi no governo Médici, com o decreto-lei nº 1077, de 26 de janeiro 1970, que se discriminou a censura prévia de livros, fossem acadêmicos, didáticos ou ficcionais, e revistas (MARCELINO, 2006, p. 39).

Renan Quinalha (2021, p. 230) lembra que uma das questões centrais para os órgãos de informação e censura da ditadura passava pela definição da fronteira fluída e incerta entre o erótico e a pornografia. O primeiro, pelo senso comum, era dotado de uma arte e de beleza, sendo mais aceitável, ainda que não exatamente desejável; o segundo, era considerado, de partida, "sujo, repugnante e intolerável". De qualquer forma, ambos provocavam a indignação dos setores mais conservadores da população e poderiam ser alvos das ações repressivas do regime.

A preocupação moral acabou se entrelaçando com as representações anticomunistas. Como diz Adriana Cristina Lopes (2018, p. 180), "o medo compartilhado pelos setores militares que ensejaram o golpe de 1964 e diferentes setores da sociedade civil de que a nação se desintegrasse a partir da infiltração de 'ideologias exóticas' casou-se perfeitamente com a longa tradição de censura já existente no Brasil". Em outros termos, era necessária a vigilância da sociedade e do governo, entenda-se, da censura oficial, para combater a depravação moral e, por extensão, o comunismo, garantindo a segurança nacional e os bons valores.

O comunismo, desde seus primórdios, foi visto como uma ameaça também aos princípios morais da sociedade (MOTTA, 2002, p. 62). Com as mudanças sociais e comportamentais ocorridas a partir dos anos 1960 e os movimentos contestatórios, a exemplo das guerrilhas de esquerda, cresceu a preocupação com o "efeito corrosivo" do comunismo sobre a família, o casamento, a cristandade, a Pátria e a juventude. Teorias conspiratórias, difundidas entre conservadores e militares, alertavam sobre a tática do comunismo internacional de se infiltrar, de forma silenciosa, em todos os setores da população, para corrompê-la pela pornografia, degradá-la moralmente, estimular perversões sexuais e minar os bons valores, aproveitando-se, especialmente, da "imaturidade" dos jovens (BRITO, 2019, p. 5). Com base em tais concepções, a pornografia era concebida, concomitantemente, como uma afronta à ordem moral e política, ou seja, degradava os bons valores, induzia as pessoas às

práticas dos atos sexuais condenáveis e não deixava de constituir-se uma ameaça à segurança nacional, pois serviria aos interesses e projetos políticos do "inimigo vermelho" (SETEMY, 2018, p. 175).

Entretanto, não há como evidenciar que apenas a repulsa ao comunismo mobilizasse as pessoas no sentido de pedir a censura moral contra a "onda pornográfica". Mães, famílias, religiosos e outros cidadãos agiam "por um sentimento quase atávico de proteção dos papeis sociais e dos valores que cultivavam diante das mudanças culturais que estavam no horizonte" (QUINALHA, 2021, p. 181). Houve, portanto, múltiplas causas e manifestações do conservadorismo moral quando do processo de distensão/abertura da ditadura. Entre elas, as mudanças culturais e comportamentais pelas quais passava a sociedade brasileira nos anos 1970, bem como o crescimento vertiginoso da indústria cultural e a expansão dos meios de comunicação de massa, o que muitas vezes contava com o apoio e investimentos do próprio Estado ditatorial (ORTIZ, 2014, p. 119).

Some-se a isso, a diluição da censura moral advinda com a flexibilização do regime, que possibilitava, enfim, às pessoas poderem ver filmes, livros, revistas, etc. até então proibidos pelo regime e sobre os quais apresentavam a curiosidade ou o desejo de acessar. Ou seja, não é que a distensão política tenha provocada uma depravação dos costumes, mas, sim, franqueado a possibilidade de a pessoas consumirem aqueles tipos de produtos nos quais tinham interesse e que a censura oficial impedia e até despertava-lhes a curiosidade de conhecer.

Como lembra Douglas Attila Marcelino (2006, p. 19), existia uma enorme parcela da população ávida pelo consumo de livros, filmes, programas de TV e outros meios que abordassem o sexo de modo menos "sofisticado". Um grande número de pessoas lotava as salas dos cinemas quando da exibição de filmes mais "picantes" (como no caso das famosas pornochanchadas), gastava dinheiro comprando uma literatura considerada de "baixo nível" pelos setores mais intelectualizados e acompanhava, com enorme atenção, a um dos produtos mais rentáveis da indústria cultural: as telenovelas. O boom de erotismo, como afirmou à época a Revista Isto É, também teria ocorrido em outros países que tinham saído recentemente de ditaduras, como Portugal e Espanha[5]. Seria uma

[5] Isto É, 1º/10/1980.

espécie de externação da libido possibilitada pela liberdade após tanto tempo de repressão. Por outro lado, havia setores mais à esquerda que entendiam que a "onda erótica" provocada pela abertura seria "um artifício do poder público para neutralizar as insatisfações que aconteciam no momento"[6], ou seja, a pornografia como forma de "alienar" as pessoas em um momento de tantos embates políticos e sociais como aquele.

Não surpreende, portanto, que mesmo quando o regime começou a perder popularidade e foi se estruturando o consenso em torno da democracia, a censura moral fosse ainda aceita e mesmo pedida, especialmente, quanto a temas envolvendo sexualidade. Houve, no período, um aumento do número de cartas enviadas, por cidadãos comuns (mães, país, religiosos, etc.) e grupos organizados, à presidência da república, ao Ministério da Justiça e à DCDP, pedindo providências contra a "imoralidade grassante no País" (FICO, 2002, p. 269).

Em outros termos, a censura, em especial a comportamental, contou com apoio de parte da população, mesmo em um momento em que havia a distensão do regime. Como fala Douglas Attila Marcelino (2006, p. 10), havia uma maior concordância com esse tipo de atividade, diferentemente do que acontecia com a censura estritamente política dos órgãos de imprensa. Isso pela persistência de alguns padrões comportamentais defendidos pelos conservadores como ideais, pela tradição de censura de costumes na sociedade brasileira (MARCELINO, 2006, p. 18) e, acrescentamos, pela representação anticomunista de segmentos da população, que associava pornografia à "subversão". Tais perceptivas ajudam a entender como o espectro moral esteve presente igualmente na série de atentados, realizados pela extrema-direita, às bancas de revistas e livrarias que ocorreram pelo País, sobretudo, em 1980-81.

"Pura falta de sexo"

No que toca ao mercado editorial, houve, ao longo da década de 1970, uma sensível expansão (MARCELINO, 2006, p. 114), com o crescimento da produção de livros ou de revistas, com as mais diversas temáticas, como política, ficção,

[6] O Povo, 04/08/1980.

quadrinhos e, claro, erotismo, consumidos por um público crescente, sobremaneira composto pela juventude urbana e setores de classe média. Segundo Renato Ortiz (2014, p. 119), "(...) os dados são eloquentes. A produção de livros entre 1966 e 1980 passa de 43,6 para 245,4 milhões de exemplares; o crescimento de revistas entre 1960 e 1985 foi de 104 milhões para 500 milhões de exemplares".

Especificamente sobre revistas eróticas, obtivemos alguns dados. Segundo Osmar Mendes Júnior, editor-chefe da Ideia Editorial, responsável pela publicação da revista erótica Privê e de 18 outros títulos do gênero, disponíveis nas bancas de todo o País, no começo dos anos 1980 a editora vendia cerca de 1,8 milhão de exemplares por mês. No total, circulariam no Brasil 165 títulos de publicações eróticas e pornôs, que venderiam mensalmente algo em torno de 7 milhões de exemplares[7]. Um de nossos entrevistados, Francisco Pereira, jornaleiro e ex-presidente do Sindicato dos Donos de Bancas de Jornais e Revistas de Fortaleza, ratificou a informação:

> Havia uma grande quantidade, muitas, muitas revistas eróticas. Até hoje ainda existe um pequeno número, né? Mas na época existiam bem mais publicações deste tipo, que vendiam bastante, muito mesmo. (....) As revistas eram contidas dentro de sacos escuros e havia uma orientação da prefeitura para que elas sequer ficassem nas prateleiras da frente da banca. Eu ainda hoje coloco [essas revistas] na última prateleira, lá em cima. O freguês que chega e procura[8].

Os ataques às bancas de jornais, ocorridos no começo dos anos 1980, tendo como motivadores a venda de publicações da imprensa alternativa, são normalmente destacados, na historiografia e nas memórias, para evidenciar a violência dos setores contrários à abertura da ditadura civil-militar. Entretanto, a questão da perseguição às revistas eróticas, como fomentadora também de tais atentados terroristas, realizados pela extrema-direita, praticamente é ignorada ou citada apenas de passagem (MARCELINO, 2006, p. 15).

Entendemos que, ao se destacar a imprensa alternativa, se endossa um aspecto político mais nobre e palatável para a maneira como se deseja enxergar, nas memórias construídas acerca do processo de abertura, a atuação da

[7] Isto É, 1º/10/1980
[8] Francisco Pereira Silva, proprietário de banca de jornal no centro de Fortaleza, ex-presidente do Sindicato dos jornaleiros do Ceará, entrevistado a 30/09/2020.

sociedade, concebida como engajada e defensora intransigente da liberdade de expressão. Trata-se de uma acomodação ou uma reverberação do mito da sociedade resistente e democrática (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010). É, especificamente, uma construção memorialística importante para as esquerdas, visto que havia uma vinculação entre os periódicos alternativos e essa vertente ideológica. Denota-se como os setores populares e progressistas, em nome do apego à democracia, tiveram que enfrentar os defensores da ditadura.

Abordar o acossamento às revistas eróticas, por outro lado, é tocar em um elemento moral/comportamental que não era consensual no período da abertura, tendo-se em conta que mesmo setores sociais favoráveis à flexibilização do regime/democratização condenavam o "excesso de pornografia" e defendiam a censura para esse caso. Daí o silenciamento ou mesmo o esquecimento do assunto, o que ocorreu, inclusive, já à época dos ataques – nos documentos que acessamos, nenhum dos atos de protestos ou manifestos contra os atentados às bancas abordou a questão das revistas eróticas e sequer os editores das referidas publicações eram chamados para as manifestações antiterroristas[9].

Observando-se as fontes, há evidências de que as publicações eróticas tiveram também alguma relevância para os ataques às bancas, não apenas o problema das vendas dos jornais da imprensa alternativa. Ou seja, por mais que predominasse o elemento político, os atentados foram feitos por razões morais igualmente, visando a revistas "indecentes", publicações que geravam constrangimentos "às pessoas de bem" e que já eram alvos de uma censura comportamental com a qual concordavam expressivos setores da sociedade.

Pelo que foi noticiado na grande imprensa e os conteúdos dos telefonemas anônimos realizados e dos panfletos, bilhetes, cartas, etc. enviados ou deixados, quando das primeiras ameaças e ataques, os extremistas davam a entender que sua motivação era a venda de "jornais comunistas" nas bancas e livrarias.

[9] Por exemplo, no ato promovido a 11 de agosto de 1980, na Cinelândia, Rio de Janeiro, contra os atentados e alvo de um relatório do SNI, constam como organizadores apenas representantes da imprensa alternativa. No panfleto de convocação do ato, anexado pelo SNI, em nenhum momento são citadas as revistas eróticas – apenas é dito que "recentemente, outras publicações também passaram a ser atingidas", não especificando que publicações seriam estas. Informação nº 116/119/ARJ/80, "atentados às bancas de jornais", de 1º de setembro de 1980. Arquivo Nacional. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_80003482_d0001de0001 Acesso a 04/01/2023.

Cronologicamente, não encontramos, em matérias da imprensa comercial ou em documentos oficiais, datados de fins de junho e do mês de julho, quando se iniciou a onda de ataques aos jornaleiros, nenhuma citação às revistas eróticas. A primeira referência, nesse sentido, da parte de terroristas às publicações pornográficas, foi feita pelo Comando de Caça aos Comunistas de Santos, no início de agosto de 1980[10], como veremos adiante. Daí em diante, com a continuidade das ameaças e atentados, em alguns dos documentos aos quais acessamos para esta pesquisa, as referências às revistas eróticas passaram a se fazer presente, ainda que predominassem as críticas aos jornais alternativos.

Para além da defesa da moralidade, comum aos extremistas de direita, as ameaças contra as revistas podem ser entendidas como uma tática pensada dos terroristas no objetivo de tentar se aproximar e ganhar o apoio dos setores da sociedade há muito mobilizados contra a "pornografia" das bancas. Ao mostrar que não aceitavam "indecências", os extremistas buscavam atrair a população, de pensamento parecido, para a causa contrária à distensão do regime, aproveitando-se do conservadorismo e do apoio à censura moral existentes na sociedade, o que, por sinal, foi percebido pelos jornaleiros e livreiros à época[11]. Dessa maneira, associava-se, de um lado, abertura e pornografia, e de outro, a manutenção da ditadura e a defesa da moralidade.

Não temos dados para dimensionar como a sociedade recebeu esses atos de violência justificados por aspectos morais. Contudo, parece-nos significativo que, enquanto jornaleiros eram atacados (também) em virtude das revistas eróticas, setores da grande imprensa tenham feito várias matérias tratando desse tipo de publicação, matérias que, mais uma vez, destacavam a "imoralidade" das bancas, sem condenar os ataques ou estabelecer um liame entre o terrorismo de extrema-direita e a campanha antierótica.

A reação moral à "onda erótica", portanto, foi capaz de fundamentar igualmente a ação da extrema-direita nos ataques às bancas, visando a tumultuar a abertura do regime, como, aliás chegou a afirmar a revista Isto É já à época dos acontecimentos[12]. Comumente, a retórica moralista incorpora características do momento político. Como lembra Carlos Fico (2002, p. 271),

[10] Tribuna da imprensa, 04/08/1980.
[11] A Tribuna, 04/08/1980.
[12] Isto É, 1º/10/1980.

no final dos anos 70 e começo dos 80, a extrema-direita, contrária à flexibilização da ditadura civil-militar, ampliou a conexão: à tradicional associação entre crise moral e comunismo adicionou a abertura política. Para os extremistas, a abertura abrira espaços para os subversivos e estes se aproveitaram para corromper os lares com a pornografia. A abertura trouxera a degradação da sociedade, contra o que deveriam agir os defensores da moral e dos bons costumes. Em decorrência, apenas a manutenção do regime poderia salvar o Brasil da imoralidade e do comunismo – e era para isso que agiam os grupos de extrema-direita.

Alguns desses aspectos podem ser percebidos na carta deixada, na noite de 2 de agosto de 1980 (um sábado), pelo autoproclamado Comando Caças aos Comunista de Santos (CCCS) em várias livrarias e distribuidoras de jornais e revistas da cidade[13]. A imprensa chamou a atenção para o fato de que, diferentemente do que ocorrera até então em outras cidades, as ameaças do CCCS incluíram, pela primeira vez, as revistas eróticas[14]. Embora foque nos livreiros e distribuidoras de livros e revistas, a questão das bancas de jornais também esteve presente no texto. Segundo os meios de comunicação, a reação dos livreiros de Santos foi imediata e as publicações eróticas e da imprensa alternativa deixaram de ser exibidas e foram recolhidas ao estoque[15].

Em tom de alerta e intimidação, o texto condena moralmente as revistas eróticas, sem deixar de lado o espectro político, ao tratar também do "comunismo" da imprensa alternativa. Percebe-se nas entrelinhas da carta um caráter moralista e elitista, de entender os extremistas como indivíduos "superiores e idôneos" (possuidores de "nobres ideais") e acusar os livreiros e jornaleiros de serem pessoas ingênuas ("inocentes úteis", que "talvez não soubessem o que faziam"), as quais estavam, ao vender os jornais alternativos e "literatura erótico-pornográfica", servindo ao comunismo e à depravação da nação.

> SENHOR DISTRIBUIDOR ou LIVREIRO: O COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS DE SANTOS – CCS – unido e coeso aos nobres ideais da FALANGE PÁTRIA NOVA e das BRIGADAS MORALISTAS, já identificou o senhor e sua

[13] Tribuna da Imprensa, 04/08/1980.
[14] Tribuna da Imprensa, 04/08/1980; A Tribuna, 04/08/1980.
[15] Tribuna da Imprensa, 04/08/1980.

> empresa em nosso Index como INOCENTES UTEIS dos vermelhos e imorais.

Mesmo "talvez não sabendo o que faziam", os jornaleiros e livreiros eram advertidos por suas ações, como proprietários de estabelecimentos que difundiam a propaganda comunista e as indecências. Estavam, pois, corrompendo a população da cidade, uma população idealizada que, antes, em um tempo anterior não especificado – mas, certamente, antes dos tempos da abertura política –, ensinava à Pátria bons valores, como a liberdade e a caridade.

> O CCS adverte ao senhor, com a sua responsabilidade de empresa distribuidora e/ou vendedora de periódicos que, talvez sem saber, vem colaborando para o aumento da propaganda comunista e da literatura erótico-pornográfica em nosso país, distribuindo ou vendendo à população desta cidade (que um dia ensinou à Pátria a LIBERDADE a CARIDADE), revistas obscenas e jornais marxistas-leninistas.

O texto do CCC-Santos diz que essa preocupação com a "subversão" e com a "ordem moral da família brasileira" também está presente em outras "entidades patrióticas", dando a entender como a questão dos costumes, não apenas a política, encontrava-se disseminada entre a extrema-direita terrorista, motivando suas ações. Os terroristas explicam que enquanto outros grupos resolveram atacar os jornaleiros, o CCC-Santos focou nos "responsáveis maiores", no caso, os livreiros e distribuidoras das publicações.

> Outras entidades patrióticas, semelhantes à nossa, estão também enviando um alerta semelhante a este, advertindo as pessoas para o clima de subversão política e de afronta à ordem moral da família brasileira. Algumas fazem, incorretamente, pois apenas advertem aos jornaleiros de bancas, simples revendedores economicamente mais fracos, quando os grandes responsáveis, na realidade, são os editores e o (sic) grandes distribuidores /vendedores como o senhor e sua empresa.

A seguir, o grupo, vendo-se como guardião de Santos e do Brasil, exige que se pare a comercialização de várias revistas e periódicos alternativos, citados em duas colunas, concluindo o texto novamente em tom intimidatório.

> Assim, para o bem de nossa cidade, do nosso querido Brasil e do seu próprio, EXIGIMOS que sua empresa pare imediatamente de distribuir e/ou vender em SANTOS e nos municípios da Baixada Santista as seguintes publicações:
> Jornais: Coojornal, Preto no Branco, Hora do Povo, Em Tempo, Pasquim, Movimento, Voz da Unidade, Voz Operária, Repórter,

> Luta Operária, Convergência Socialista, Lampião, Jornal do Gay.
> Revistas: Ele e Ela, Playboy, Lui, Status, Homem, Close, Privê, Rose, Personal, Confissões, Eros, Fiesta, Exclusive e demais revistas que tratem de assuntos eróticos sexuais.
> ESPERAMOS CONTAR COM A SUA PATRIÓTICA COLABORAÇÃO, NÃO ADVERTIREMOS MAIS: CASO CONTRÁRIO TOMAREMOS ATITUDES DRAMÁTICAS.

Logo começaram a aparecer ameaças contra a venda das revistas em outras cidades do País, denotando como as atividades de extremistas influenciavam ameaças e atentados realizados em outras áreas e, especificamente, como a questão da defesa da "moral e bons costumes" estava presente e disseminada entre os extremistas anticomunistas. Em Porto Velho, Rondônia, os jornaleiros receberam uma carta advertindo que não deviam vender publicações "imorais e comunistas":

> Ontem, foram seus amigos de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Brasília. Hoje estamos aqui em uma conversa franca. Vamos lhe dar um conselho de amigo. (...) As revistas imorais e os jornais da ralé vermelha estão emporcalhando a vida brasileira, corrompendo a juventude, enchendo-a de informações nocivas à moral e aos bons costumes[16].

Em Curitiba, foi frustrada uma tentativa de atentado terrorista à banca Batel, a maior da cidade, situada em bairro nobre e localizada em frente a uma delegacia. Dois homens, na madrugada de 30 de setembro, foram surpreendidos por uma vigia ao tentarem destruir o estabelecimento com gasolina e dinamites. O proprietário da banca, Ingomar Heidorn, afirmou à imprensa que vinha recebendo, há dois meses, telefonemas e cartas anônimas com ameaças, por vender jornais da imprensa alternativa e revistas eróticas. A última carta chegara há alguns dias "e era assinada pela 'Falange Pátria Nova', que exigia a suspensão da venda do semanário Pasquim e das 'revistas de sexo sujo', caso contrário, Ingomar deveria 'aguentar as consequências"[17].

Em Brasília, o ataque a uma outra banca, a Tadeu, teria tido ligação direta com a venda de revistas eróticas. O estabelecimento, pertencente a Malair Credmann e Samuel Credmann, era uma das maiores e mais movimentadas

[16] Jornal do Brasil, 15/08/1980; Tribuna da Imprensa, 15/08/1980.
[17] Tribuna da Imprensa, 1º/10/1980.

bancas da cidade, estando situada na plataforma superior da rodoviária local, a alguns quilômetros do Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal. Ameaças aos donos do estabelecimento foram feitos no dia do ataque, 22 de agosto de 1980. Pela manhã, em telefonema anônimo, alguém alertou que "se vocês continuarem vendendo revistas pornográficas e jornais alternativos, receberão o mesmo castigo que o dono da banca [Disneylândia] da quadra 514 Sul". No mesmo dia, em torno de 18 horas, o mesmo indivíduo, dizendo-se pertencer à Falange Pátria Nova, voltou a telefonar, perguntando: "Como é, vocês já tomaram providências no sentido de retirar da banca os jornais alternativos e as revistas eróticas?". Na madrugada, então, uma bomba relógio, de pequena potência, explodiu na banca, destruindo-a parcialmente e dando um prejuízo de 70 mil cruzeiros[18].

Os extremistas de direita demonstraram sua rejeição à "pornografia" não apenas ameaçando e atacando bancas de jornais. Em São Paulo, a 11 de agosto, antes de um ato de protesto contra a onda terrorista, no Teatro da Universidade Católica (TUCA), foi encontrado uma mala no palco, contendo uma bomba (que, depois, constatou-se ser um simulacro), amarrada por fios a um relógio despertador e revistas eróticas[19]. A simulação/intimidação, assumida em ligações telefônicas por pessoas que dizia pertencer à Falange Pátria Nova, deixava claro novamente a relação entre moral e terrorismo presente nas ações da extrema-direita. Localizamos também alguns casos de atentados contra cinemas que exibiam filmes eróticos. Em junho de 1980, na cidade de Maceió, houve a explosão de uma bomba no cinema São Luís, durante a sessão de estreia do conhecido filme *Emmanuelle*. Três recrutas do Exército foram apontados como responsáveis pelo ato e acabaram presos[20]. Em Niterói, em junho de 1981, uma bomba foi atirada, por indivíduos em dois carros, na entrada no cinema Icaraí, durante a última sessão do filme *Emmanuelle* II – a explosão teria feito um rombo de 20 centímetros na parede do cinema. A imprensa apurou junto à

[18] Diário de Pernambuco, 23/08/1980; O Povo, 23/08/1980; Jornal do Brasil, 23/08/1980.
[19] Jornal do Brasil, 12/08/1980.
[20] Ocorrido a 6 de junho de 1980. Jornal do Brasil, 09/06/1980. O Diário de Pernambuco afirma que eram três soldados do 59º Batalhão de Infantaria Motorizada. Diário de Pernambuco, 10/06/1980.

polícia que o filho de um senador estaria envolvido, mas seu nome não foi revelado[21]. Nos dois casos, não houve vítimas.

Em Curitiba, um grupo denominado "Cruzada anti-homossexualismo" enviou carta à Delegacia de Costumes da Capital, pedindo providências para acabar com a "prostituição masculina" na cidade – a polícia curitibana, igual ocorria em locais do Brasil à época, realizava prisões em massa de homossexuais no centro da cidade, sob a acusação de vadiagem, no que era chamado de "arrastões". A carta foi entregue à Divisão de Segurança e Informações, dada a possibilidade levantada de uma ligação com as ameaças de bomba contra estabelecimentos que comercializavam jornais alternativos e revistas eróticas. Além de pedir "vigilância constante e rigorosa" nas ruas para erradicar a prostituição de homossexuais, os autores da carta condenam a flexibilização da ditadura:

> (...) Abaixo a GRANDE ABERTURA ERÓTICA E PORNOGRÁFICA, que se verificou neste país nos últimos tempos e visa unicamente prostituir a Sagrada Família Brasileira. (...) Lembramos que "a raça da ira de Deus está apenas começando a transbordar", portanto, evitemos os tristes episódios verificados em Sodoma e Gomorra[22].

A reação dos jornaleiros quanto às ameaças dos extremistas aos jornais nanicos e às revistas eróticas foi distinta. Em geral, a atitude inicial dos donos das bancas, na primeira situação, foi a de suspender as vendas dos alternativos. Persistiram, porém, com a comercialização das publicações "pornográficas", quando elas passaram a ser alvo da "censura armada" dos terroristas. A percepção desse comportamento diferenciado chegou a ser vinculada na imprensa da época. O jornal curitibano Diário da Tarde informou que, após várias ameaças e um atentado contra uma banca em Londrina, vários dos jornaleiros da capital paranaense decidiram parar de vender os jornais condenados pelos terroristas, mas que não pretendiam abrir mão da venda das revistas eróticas[23].

[21] Jornal do Brasil, 03/06/1981. Tribuna da Imprensa, 04/06/1981; Correio Braziliense, 04/06/1981.
[22] Diário da Tarde, 05/07/1980.
[23] Diário da Tarde, 13/08/1980.

A explicação para tanto é simples: os lucros do comércio das revistas eróticas eram consideráveis. Um jornaleiro do Rio de Janeiro chegou a dizer que "o sexo sustenta[va] as bancas"[24]. Em Fortaleza, jornaleiros confirmaram que a venda de revistas e livros eróticos predominava sobre as demais publicações, gerando ganhos essenciais para a manutenção dos estabelecimentos[25]. Além das revistas "oficialmente pornôs", com sexo explícito, os consumidores eram atraídos por livros e publicações que traziam mulheres seminuas em suas capas e matérias, como a revista Manchete, famosa por sua edição "especial de carnaval"[26]. Ressalte-se que, embora aquele fosse um "bom momento para os negócios de banca", como afirmou nosso entrevistado Franscisco Pereira[27], em virtude da expansão da indústria cultural e do mercado de publicações, havia uma grande concorrência entre as bancas de jornais, cuja quantidade, ao contrário de hoje, era expressiva à época. Ou seja, produtos com boa vendagem eram importantes para os jornaleiros conservarem-se no ramo. Além disso, muitas vezes, os fregueses iam aos estabelecimentos em busca de uma publicação e acabavam levando outras revistas, ao vê-las expostas. Portanto, abrir mão de um produto lucrativo, como as revistas eróticas, não era algo razoável para os jornaleiros, ao contrário da venda dos jornais alternativos.

O espectro erótico/pornográfico das revistas também explica a diferença de conduta da grande imprensa acerca das explosões motivadas por razões políticas e morais. Muitos dos jornais comerciais, que condenavam os ataques em virtude da "censura armada" à imprensa alternativa, chegando o assunto até a ser alvos de editorais e reportagens especiais, não tiveram a mesma postura em relação as explosões provocadas pela negociação das revistas, afinal, há tempos vinham condenando as publicações "indecentes". Apenas alguns chargistas dos grandes jornais e, sobretudo, a imprensa alternativa abordaram a questão. Sinfrônio, de O Povo, produziu charge em que um cidadão, enfurecido, olha para as revistas "indecorosas" expostas em uma banca, ignorando os jornais que falavam da carestia ("feijão está proibitivo", "o leite vai subir") e

[24] Jornal do Brasil, 26/07/1980.
[25] O Povo, 23/07/1980.
[26] O Povo, 15/03/1981.
[27] Francisco Pereira Silva, proprietário de banca de jornal no centro de Fortaleza, ex-presidente do Sindicato dos jornaleiros do Ceará, entrevistado a 30/09/2020.

uma criança, maltrapilha, que lhe estendia a mão pedindo ajuda[28]. Na edição número 587, de setembro de 1980, o jornal Pasquim trouxe várias charges mostrando a leniência das autoridades com a onda terrorista e as contradições dos grupos conservadores, os quais que se escandalizavam com seios e nádegas à mostra nas bancas e revistas e pouco se indignavam ante a fome, a falta de democracia no País, a violência policial, a concentração de renda, etc[29].

E as revistas eróticas, como se posicionaram? Conseguimos, em uma publicação, referência direta às ações terroristas da extrema-direita contra as revistas eróticas. No caso, foi a Revista Privê, que, dentro do cabível pelo gênero da publicação, deu a entender o incômodo com a situação, criticou os terroristas e a ditadura e ainda se igualou aos jornais da imprensa alternativa como alvo da violência dos extremistas. Ou seja, os atentados às bancas e às revistas, independente do conteúdo destas, eram igualmente um ataque à liberdade de manifestação, à democracia e à abertura do regime. Afirmou a publicação em sua sessão de cartas (Privê Responde), ao tratar da reclamação de um leitor (identificado como M. Moroni, de São Carlos-SP) sobre a localização de uma das páginas da revista: "Fosse esse o único problema da PRIVÊ, nós estávamos feitos, meu irmão. A gente mudou a posição da página (...). Agora, o maior problema da PRIVÊ não é só nosso, como de outras publicações congêneres e de toda a imprensa alternativa. Tem gente querendo a volta dos velhos tempos. Viu a onda de queimar bancas, etc. e tal? Pura falta de sexo, não acha?"[30].

Cerco às bancas

Como visto, o que os setores conservadores e, especificamente, os extremistas de direita entendiam como uma "onda pornográfica" tomando de conta do País tratava-se, *stricto sensu*, dos desdobramentos do processo de distensão/abertura da ditadura, mesmo com as idas e vindas deste, isso em um momento de expansão da indústria cultural e da produção e consumo de bens culturais pornográficos ou eróticos (MARCELINO, 2006, p. 61). A censura

[28] O Povo, 08/10/1980.
[29] Pasquim, nº 587, 26/09-10/10/1980.
[30] Anexo da revista Privê, sem especificar a edição, ao Informe da agência do SNI de São Paulo nº 3300/119/ASP/30, de 16 de dezembro de 1980, "Publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes". Arquivo Nacional, notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_80005398_d0001de0001, Acesso a 04/01/2023.

moral tinha cada vez mais dificuldades de realizar-se, pela crise política e enfraquecimento do regime, pela pressão da sociedade por democracia e pelos problemas estruturais da própria Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), que sofria com a limitação do número de funcionários, ante uma crescente ampliação das produções e publicações a serem analisadas (MARCELINO, 2006).

No final dos anos 1970 e começo dos 1980, ocorreram atritos da censura oficial com a Justiça, em virtude de magistrados tomarem decisões que contrariavam o DCDP. Nesse momento, juízes liberaram vários filmes vetados pelos censores (FICO, 2002, p. 267) e deram ganho de causa aos mandados de segurança, pedidos por editores, acerca das publicações eróticas, "excluindo do regime de verificação prévia as revistas e livros que abordassem temas relacionados ao sexo, à moralidade pública, contrário aos bons costumes ou que apresentassem fotografias de nus, eróticos ou não" (SETEMY, 2018, p. 191).

Um dos alvos do judiciário foi a Portaria de nº 319, de 10 de abril de 1979, do Ministério da Justiça, que havia proibido livros e revistas, nacionais ou estrangeiras, com temas referentes a sexo, de serem expostos ou vendidos em bancas de jornais. Pela Portaria, a comercialização só era autorizada em livrarias e editoras, com as publicações contidas em material plástico "opaco, resistente e hermeticamente fechado" e os dizeres: "venda proibida para menores de 18 anos" [31]. Contra tal norma, as editoras e os próprios jornaleiros ingressaram em juízo, obtendo uma liminar que os autorizava a venda das revistas eróticas, sob o argumento de que a medida impedia o livre comércio, pela concorrência desleal que a medida acarretava entre bancas de jornais e livrarias (MARCELINO, 2006, p. 66).

Perante as crescentes dificuldades da censura oficial, no começo de 1980, foi feita reunião dos diretores da DCDP e os editores das revistas eróticas, extinguindo-se a censura prévia, embora ainda fossem estabelecidas normas a serem observadas, de modo que os excessos poderiam resultar na apreensão das revistas (QUINALHA, 2021, p. 273). Entre as normas, que as revistas continuassem sendo vendidas em envelopes escuros e a obrigatoriedade do

[31] "Poder de polícia, censura, moralidade". Acordão do Tribunal Federal de Recursos. www.bibliotecadigital.fgv.br. Notação file:///C:/Users/Rita/Downloads/admin,+poder. Acesso a 5/12/2022

envio de três exemplares das publicações para o registro na Divisão de Censura de Diversões Públicas, uma medida que, aparentemente irrelevante, foi bastante utilizada como forma de controle (MARCELINO, 2006, p. 66).

Funcionários da DCDP afirmaram à Isto É, de 1º de outubro de 1980, que o avanço das revistas eróticas ou pornôs intensificou-se, mais ou menos, na segunda metade do governo Geisel, quando os editores "perceberam que o fim da censura era para valer"[32]. Começaram, então, a aumentar os pedidos de registros no órgão de títulos dessas publicações, o que era feito, ainda "moderadamente", segundo os censores. Depois, os editores teriam "perdido o medo" e passaram a lançar revistas sem consultar a DCDP ou sequer fazer registro das publicações. A "explosão" de publicações teria se dado no primeiro semestre de 1980, quando a revista Ele e Ela publicou o primeiro nu frontal. Em seis meses, a revista teve uma tiragem saltando de 170 mil para 420 mil exemplares. Às fotos foram acrescentados textos, de presumíveis leitores, sobre seus "fetiches e taras". Logo outras revistas passaram a imitar o sucesso de vendas. Coincidência ou não, foi em meio a esse *boom* de revistas eróticas, a partir de junho de 1980, que os grupos de extrema-direita promoveram a campanha de ataques às bancas.

É preciso, porém, não cair em uma dicotomia simplória, de acreditar que todos aqueles que pediam ações contra as "imoralidades" das bancas e defendiam a censura de revistas, filmes, programas de televisão, etc. endossavam a manutenção da ditadura. Se muitas pessoas mostravam sinais de mudança de mentalidade, criticando qualquer cerceamento à liberdade de manifestação e se abrindo para os ares liberalizantes dos costumes (QUINALHA, 2021, p. 269), outros setores da população, ainda que aceitassem a abertura política, entendiam que era necessário um controle oficial para garantir os bons valores da sociedade – isso explica porque a censura moral sobreviveu ao fim da ditadura, o que seria alterado apenas com o advento da Constituição de 1988 (QUINALHA, 2021, p. 267). Muitos dos setores favoráveis à democratização não concordavam com o "excesso de libertinagem" advindos com a abertura. No período, é possível achar várias matérias dos grandes jornais que, se defendiam a liberdade de expressão e de imprensa, por um lado,

[32] Isto É, 1º/10/1980.

condenavam "excesso de sexo" nas bancas de jornais e cinemas, por outro, não raro, associando a pornografia à "degradação humana", a interesses puramente mercantis de editoras e como um "efeito colateral repugnante" da abertura a ser combatido.

A coluna "Informe JB", do Jornal do Brasil, abordou várias vezes a questão da "imoralidade". Por duas vezes, tratou especificamente das bancas, em fins de fevereiro e em meados de maio de 1980, cerca de um mês antes do início dos ataques aos jornaleiros pelo terrorismo de extrema-direita:

> A exploração da carne humana como objeto de comércio é atividade antiga; mas foi no Brasil de 1980 que atingiu níveis de sofisticação tecnológica jamais alcançados (...). O público poderá ver hoje, em qualquer banca de jornal do país, um verdadeiro festival pornográfico, onde o corpo humano é apresentado à curiosidade pública nas mais estranhas posições. Tudo com base na liberdade de imprensa, invocada agora como escudo para a libertinagem. Esta comercialização torpe e vil desenha o mosaico de decadência de um setor da sociedade brasileira. Revela o lado podre de um agrupamento humano, identifica aqueles que só sabem divertir-se consumindo grande quantidade de álcool e entregando-se totalmente à orgia, com a desculpa de que precisa alegrar-se[33].

> O sistema democrático exige dos cidadãos que dele desfrutam maior dose de responsabilidade e autoconhecimento que as ditaduras. (...) No Brasil, com os ventos salutares da abertura, as bancas de jornais situadas em locais de grande movimento estão perdendo sua função básica, vender veículos de informação. Aos poucos, transformaram-se em verdadeiras feiras pornográficas ao ar livre.
> O projeto de abertura democrática permitirá a construção de casa ampla, com liberdades jamais conhecidas pela sociedade brasileira.
> Mas é preciso erguê-la adequadamente e evitar o erro de colocar o lavatório em plena sala de jantar[34].

Em meio à onda de atentados às bancas, o jornal Tribuna do Ceará fez matéria questionando por que as publicações pornográficas eram vendidas em grande quantidade.

> A proliferação de revistas pornográficas tem mudado a conduta da nossa mocidade (...). Não apenas as publicações gráficas. O cinema e o teatro são fontes permanentes de pornografia, mostrando os mais indecorosos filmes e peças vistas por um público constituído, na maioria, de jovens. Tudo é um amontoado de imundices, ajudando a deteriorar a formação de

[33] Jornal do Brasil, 28/02/1980.
[34] Jornal do Brasil, 15/05/1980.

> nossa juventude, cada vez mais jogada aos ambientes deletérios, sem que as autoridades até agora tenham adotado medidas enérgicas que resguardem a moral e defenda a família brasileira.
> (...) A reportagem de TRIBUNA DO CEARÁ entrevistou vários donos de bancas de jornais, a respeito de quais as publicações mais vendidas (...). [São] Playboy, Homem, Status, Privê, Ele e Ela e Close. Por incrível que pareça, o público leitor de tais revistas é composto de homens de idade, não faltando um grande número de rapazes na faixa etária de 16/17/18 anos. Disseram os jornaleiros que os preços variam de cem a cento e vinte cruzeiros o exemplar de cada revista, sendo uma vendagem segura e, em muitos casos, com fregueses certos.
> (...) Uma jovem, que não quis revelar seu nome, disse à reportagem que hoje em dia a juventude está nessa porque não há uma medida severa que regularize a vendagem de tais publicações. "Qualquer garoto ou garota compra facilmente essas revistas", disse a nossa entrevistada[35].

Haveria uma peculiaridade que caracterizaria os responsáveis pelos atentados às bancas, quando comparados com os de outros alvos dos ataques da extrema-direita. A revista Isto É[36], de novembro de 1980, sem apontar as fontes da informação, afirmou que os ataques aos jornaleiros seriam de responsabilidade do que designou "jovem guarda" ou "garotada", extremistas mais moços. A Isto É informou ainda que, de início, as ações contra as bancas não despertaram muito entusiasmo do que chamou de "direitistas clássicos", dando a entender que estes seriam os integrantes dos órgãos de repressão, alguns deles voltados para atentados que causassem mais repercussão.

Os "direitistas clássicos" considerariam os atentados às bancas como ações de "menor importância". Teriam mudado de opinião depois, porém, visto que a prática se revelou eficiente, pelo impacto social e político provocado, o que trouxe certo prestígio para a "jovem guarda" da extrema-direita[37]. Tal eficiência pode ter motivado a "velha guarda direitista" a também fazer seus atentados a bancas – o ex-delegado Claudio Guerra, no depoimento ao livro que trata de sua trajetória, afirmou que o grupo secreto do qual fazia parte, composto especialmente por elementos da estrutura repressiva, praticou atentados terroristas contra bancas de jornal (MEDEIROS; NETTO, 2012, p. 152). A informação foi ratificada em A Direita Explosiva do Brasil, livro de José Argolo,

[35] Tribuna do Ceará, 19/09/1980.
[36] Isto É, 26/11/1980.
[37] Isto É, 26/11/1980.

Kátia Ribeiro e Luiz Alberto Fortunato (1996, p. 230), que apresentou o marceneiro Hilário José Corrales, um dos mais ativos membros do referido grupo secreto, como um dos autores dos incêndios de bancas no Rio de Janeiro.

A partir de setembro de 1980, o número de atentados e ameaças às bancas de jornais caiu abruptamente. A diminuição drástica dos atentados chama a atenção, sobretudo porque outros alvos continuaram sendo atingidos pelas bombas do terrorismo de direita. Segundo a revista Isto É[38], o motivo para tanto teria sido o controle que passou a ocorrer da "jovem guarda" pela "direita clássica". A matéria deixa subentendido que a série de ataques, a sensação de insegurança, as destruições provocadas, a indignação da sociedade e o medo crescente das pessoas teriam incomodado os direitistas tradicionais. Ou seja, a "jovem guarda" teria "saído do controle" e indo "longe demais", atrapalhando mais que ajudando os "veteranos". A revista, sem aprofunda-se, encerra o texto afirmando que, naquele momento (novembro de 1980), "o que se comenta em certas áreas direitistas e militares é que a 'jovem guarda' já não provoca entusiasmo. Ou que 'está sob controle' para evitar problemas".

Entendemos que a redução da quantidade de atentados às bancas e livrarias pode ter ligações, também, com as iniciativas adotadas, por diversas autoridades e pela própria ditadura, no sentido de dificultar a venda da imprensa alternativa e das revistas eróticas, o que foi ao encontro dos desejos dos terroristas e compatibilizou-se com os pressupostos de defesa da boa moral e costumes disseminados pela sociedade. Não passa despercebido que, em agosto e setembro de 1980, em plena campanha de ataques às bancas, os governos estaduais e o federal, afora o poder judiciário, tenham tomado várias decisões e desenvolvidos ações as quais envolveram as revistas eróticas. Tal postura, ironicamente, acabou atingindo as vítimas dos atentados, ou seja, os jornaleiros, enquanto os terroristas, mais uma vez, ficaram incólumes.

Como a censura prévia havia acabado e seria politicamente desgastante, para o regime e para o processo de abertura, voltar a praticá-la, as autoridades focaram suas ações contra o que entendiam serem abusos cometidos pelas publicações eróticas/pornográficas e as vendas destas nas bancas de jornais, visto que a legislação oferecia mecanismos para tal. Ocorreram, então, várias

[38] Isto É, 26/11/1980.

ações, como as de fiscalizar e inibir a exposição das revistas, confiscar milhares de exemplares das mesmas e intimidar, processar e prender jornaleiros.

Em São Paulo, o delegado José Wilson Richetti, encarregado do policiamento na área central da cidade e famoso pelas medidas violentas visando prender e expulsar prostitutas, travestis e transexuais da região (nos chamados "rondões")[39], envolveu-se na atuação contra jornaleiros. A 5 de agosto de agosto de 1980, o delegado e sua equipe prenderam 21 jornaleiros, sob a acusação de atos obsceno, por estarem vendendo em suas bancas revistas eróticas, apesar destas terem sido liberadas conforme as regras da censura federal. Richetti considerou como exploração sexual a venda das publicações – as bancas foram fechadas e centenas de exemplares das revistas, apreendidas. Após prestarem depoimento e pagarem fiança, os jornaleiros foram liberados[40].

O temido delegado Wilson Richetti negou qualquer explicação à imprensa sobre sua operação[41]. O Secretário de Segurança de São Paulo, Octávio Gonzaga Júnior, por sua vez, buscou justificar as ações de confisco, sem associá-las aos atentados terroristas. "Diante do grande número de queixas de famílias, houve necessidade de apreender revistas e livros declaradamente obscenos, com apelos eróticos. (...) Digo mais. Não sou nenhum puritano, mas há muita coisa nojenta nestas publicações. Grande parte delas nem traz o nome dos responsáveis"[42].

O ministro da Justiça, Abi-Ackel, determinou a realização, pela Policia Federal, de operações de confisco das publicações nas bancas de jornais que atentassem aos bons costumes, de forma parecida como o que se dava com os jornais da imprensa alternativa. A 19 de setembro de 1980, a PF apresentou à imprensa um montante de 15 mil exemplares de revistas eróticas apreendidas em bancas do Rio de Janeiro, informando ainda que os responsáveis por 164 das publicações seriam processados na justiça estadual. A única revista cujo processo ficaria sob a responsabilidade da Justiça Federal seria a Privê, que em seu número 16, de setembro de 1980, foi acusada de violar a Lei se Segurança

[39] http://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/jose-wilson-richetti/ Acesso a 1/2/23. Isto É, 29/10/1980.
[40] Jornal do Brasil, 06/08/1980.
[41] Isto É, 13/08/1980.
[42] Jornal do Brasil, 13/08/1980.

Nacional ao trazer fotografias eróticas com textos parodiando o hino nacional[43]. O setor de comunicação social da Polícia Federal informou que os jornaleiros os quais fossem pegos vendendo as revistas eróticas pela segunda vez seriam enquadrados na lei e que "enquanto houvesse publicações do gênero, o trabalho continuaria"[44].

Elvira do Ipiranga censurada

As operações policiais enfureceram os donos de bancas, afinal, o confisco das revistas era ilegal, uma vez que a Justiça havia autorizado a venda, em decisão de dezembro de 1979, sem falar no prejuízo financeiro, pois as publicações geralmente eram incineradas, sem nenhuma indenização[45]. Afora contrariar uma decisão do tribunal Federal de Recursos, os jornaleiros acusavam a polícia civil de São Paulo de extrapolar sua área de atuação, entendendo que a problemática das revistas eróticas seria de competência da Polícia Federal e da União[46]. Os jornaleiros chegaram até a sugerir uma greve da categoria no estado em São Paulo, tal a indignação. Questionavam: como se não bastasse governo não garantir a segurança para continuarem trabalhando, agora, a polícia, em vez de ir atrás dos terroristas, estava lhes perseguindo[47]. Eu reunião no Sindicato dos Jornaleiros de São Paulo, os associados se dispuseram a buscar junto ao governo do estado uma solução e, caso não fosse possível, entrar com um mandado de segurança contra o secretário Octávio Gonzaga Júnior[48].

Nessa cruzada contra as revistas pornográficas, em meio à onda de ataques terroristas às bancas, destacaram-se, igualmente, os juízes e o ministério público, que tinham autorização da legislação[49] para impedir a circulação de periódicos que ofendessem "a moral pública e os bons costumes".

---

[43] Jornal do Brasil, 20/09/1980.
[44] Jornal do Brasil, 18/09/1980.
[45] Tribuna da Imprensa, 08/08/1980.
[46] Tribuna da Imprensa, 08/08/1980.
[47] Jornal do Brasil, 06/08/1980.
[48] Tribuna da Imprensa, 08/08/1980.
[49] Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970 (artigo 2, parágrafo único), e Lei de Imprensa nº 5. 250, de 9 de fevereiro de 1970 (artigo 61). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm Acesso a 24/05/2023.

No Rio de Janeiro, o juiz da vara de registros públicos, Hugo Barcelos, usou um subterfúgio para realizar censura: determinou o cancelamento do registro da revista Erótika, o que, na prática, significava a proibição da publicação circular. Pediu, ainda, a abertura, pelo Ministério Público, de inquérito criminal contra os proprietários da Editora Mundo Latino Ltda, responsáveis pela publicação, multando-os ainda[50]. A curadoria da Vara Pública mostrou-se favorável à decisão do magistrado, alegando tratar-se de "publicação abjeta e repulsiva, que afronta a família e é fonte de corrupção da família"[51]. O juiz Barcelos atendera a pedido do curador de menores da comarca, Carlos de Mello, recém nomeado para o cargo e que se destacou, à época, na cruzada antierótica.

O curador afirmou à imprensa que recebia telefonemas, telégrafos e cartas de entidades engajadas na defesa da família e dos bons valores, como a Congregação Mariana e a Comissão Nacional de Moral e Civismo, e que as ações de censura e confisco de revistas eróticas eram aceitas pela opinião pública e "imprensa sadia"[52]. Bem de acordo com as representações da extrema-direita, Mello justificava suas iniciativas mesclando elementos anticomunistas à pornografia. Alegou que recebera informações sobre uma reunião recente da Organização Latino-Americana de Solidariedade, em Cuba, na qual os "comunistas teriam traçado um plano de conquista do poder", por meio da propagação do tóxico na escola, desmoralização das autoridades constituídas e destruição da família por meio da pornografia. Para o curador, a busca do lucro através das revistas eróticas, da parte dos editores, estava servindo ao comunismo internacional. "Esses mercadores estão sendo usados [pelos comunistas] sem perceber", arrematou[53]. A postura de Carlos de Mello foi elogiada pela Associação do Ministério Público do Brasil, cujo presidente, José Maria de Mello Porto (irmão do curador), reportou à imprensa: "Todos os membros congratulam-se com as medidas tomadas em defesa da moral e bons costumes. Apelo aos colegas de todo o Brasil para que deem seu apoio a estas medidas preservando a sociedade. Estávamos prestes a virar uma Sodoma e Gomorra"[54].

[50] Jornal do Brasil, 09/09/1980; O Povo, 10/09/1980.
[51] Jornal do Brasil, 09/09/1980.
[52] Jornal do Brasil, 20/09/1980.
[53] Jornal do Brasil, 20/09/1980; Tribuna do Ceará, 13/09/1980.
[54] Jornal do Brasil, 17/09/1980.

Motivado talvez pelos confiscos de publicações eróticas, pelo espaço que conseguiu nos meios de comunicação e pelo apoio de grupos conservadores, Carlos de Mello aproveitou para pedir em juízo a cassação do registro de mais 26 revistas, sempre sob a acusação de "atentavam contra a moral e bons costumes". Entre as publicações, revistas de editoras consideradas "grandes", como a Play Boy, da editora Abril e a Ele e Ela, da editora Bloch[55], cujos responsáveis se irritaram com o curador.

O proprietário da Bloch, Adolfo Bloch, teve uma reunião com Carlos de Mello, protestando contra a apreensão da revista Ele e Ela e buscando adiar o processo de cassação do registro, para preparar um modelo de "revista padrão aceitável". Bloch teria dito que sua editora tinha várias publicações, a maioria educativa e informativa e que, sendo uma empresa gigantesca, é possível que "alguma coisa tenha escapado a seu controle". A editora Abril, por sua vez, entrou com um mandado de segurança no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, contra a apreensão da revista Play Boy. "A revista possui uma linha editorial séria e não pode ser nivelada ao lixo editorial que está nas bancas. É preciso distinguir o que é erótico e o que é pornográfico", disse o diretor da empresa, Edgard de Sílvio Farta[56]. Ou seja, as grandes editoras entendiam que faziam erotismo e não pornografia, ficando esta para as editoras menores e suas publicações de sexo explícito, mulheres em poses apelativas, etc. Assim sendo, não poderiam ser alvo da censura da parte do judiciário.

Com a repercussão na imprensa e as manifestações das grandes editoras, por coincidência ou não, o juiz de menores do Rio, Antônio Campos Neto, optou por não atendeu o pedido de Carlos de Mello acerca do fechamento das 26 revistas. Preferiu contemporizar, baixando, a 19 de setembro de 1980, uma portaria (de nº 1237/80) regulamentando a venda de revistas eróticas em bancas de jornais[57]. As publicações impróprias, para maiores de 18 anos, só poderiam ser negociadas caso estivessem em envelopes de plástico opaco "hermética e mecanicamente fechados" [58]. O juiz disse que a decisão foi tomada em função da legislação e de pedidos de pais de famílias, entidades religiosas e educacionais visto a "avalanche de publicações de licenciosidade e de exploração

[55] Jornal do Brasil, 17/09/1980.
[56] Jornal do Brasil, 17/09/1980.
[57] Jornal do Brasil, 20/09/1980.
[58] Jornal do Brasil, 20/09/1980.

torpe do sexo". Para o magistrado, os jovens estavam correndo risco ante a exposição em banca de publicações que "atentam contra a moral e os bons costumes". Apesar de elogiar a decisão do magistrado, o curador Carlos de Mello achou a medida "muito liberal", pois o melhor seria proibir em definitivo a venda aquelas revistas. O curador também criticou o ministro da Justiça Abi-Ackel, por não mais ser exercida a censura prévia sobre esse tipo de publicação[59]. A imprensa informou ainda que juízes de menores de Curitiba, Salvador[60], de Recife[61] e Fortaleza[62] iriam adotar postura idêntica as de seu colega do Rio de Janeiro.

Em Ribeirão Preto, o Juiz de Menores, Antônio Disney Montingelli, enviou oficiou recomendando aos jornaleiros a não venda de revistas eróticas, salvo para maiores de 18 anos. Em um sinal do autoritarismo reinante no País, parte dos donos de bancas decidiram-se a não continuar a negociar as revistas em hipótese alguma, temendo sofrer algum processo e até a prisão, como se dera em outras cidades, quando houve ações arbitrárias de agentes públicos. Outros jornaleiros, porém, continuaram negociando as revistas, se apegando às brechas da decisão do juiz, visto que este não teria proibindo a exposição das revistas, "apenas a venda para menores" [63], uma evidência sobre como esse tipo de comércio era importante e lucrativo para seus estabelecimentos e, porque não, de resistência à "cruzada antierótica" e à atuação intimidatória dos extremistas de direita e do próprio Estado autoritário.

Em um dos casos de apreensão das revistas eróticas no qual, junto com a questão moral, do combate à pornografia, esteve bastante evidente a motivação política, envolveu a revista Privê. Em seu número 16, de setembro de 1980, a publicação trouxe capa e ensaio fotográfico que, além de descontentarem aos tradicionais defensores dos bons costumes, desagradaram bastante aos militares, pois usou referências a uma efeméride e a símbolos nacionais, cujas defesas eram tão caras às Forças Armadas conforme seus ideários de

[59] Jornal do Brasil, 20/09/1980.
[60] Jornal do Brasil, 20/09/1980.
[61] Jornal do Brasil, 17/09/1980.
[62] Tribuna do Ceará, 25/09/1980.
[63] Recorte do jornal Diário de Ribeirão Preto, de 13 de agosto de 1980, anexado Informe SNI nº 2292/116/ASP/1980, "Pressão contra banca em Ribeirão Preto (SP)", de 26 de agosto de 1980. Arquivo Nacional. Notação br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_80004004_d0001de0001 Acesso 04/01/2023.

patriotismo. Em referência ao 7 de setembro, dia da independência, a capa da revista apresentou a foto de uma mulher loira[64], com seios à mostra, desembainhando uma espada, em referência ao famoso gesto que o príncipe Dom Pedro teria feito às margens do riacho Ipiranga, ao proclamar a emancipação do Brasil. Para deixar mais óbvia a referência, na bainha da espada encontrava-se escrito "independência ou morte". Como se não bastasse, nas páginas internas da revista, a modelo, identificada como Elvira do Ipiranga ("nascida às margens plácidas", dizia a abertura da matéria), aparecia nua em várias poses, sendo o ensaio fotográfico referendado por um texto com vários trocadilhos com o hino nacional. O texto era assinado por "Pedro Orléans", em (mais uma) alusão ao príncipe Dom Pedro...

> Nascida e criada no bairro do Ipiranga, em São Paulo, de um povo heroico, de um brado retumbante, Elvira cresceu sob os raios fúlgidos que brilharam no Céu de sua infância. Como qualquer garota pobre, ela sonhava. Um sonho intenso, de amor e esperança no futuro. Elvira sempre quis ser uma modelo famosa, viver no Rio de Janeiro, ao som do mar e à luz do céu profundo. Com personalidade, braços fortes, ela conseguiu conquistar a sua liberdade aos 18 anos. Só que não pode mudar-se para a Cidade Maravilhosa, tendo mesmo que se contentar com o Ipiranga da infância, onde os campos tinham mais flores e os bosques mais vidas. Elvira virou uma modelo de fama, em sua terra mais garrida[65].

O conteúdo da revista repercutiu na imprensa, sendo alvo de condenação por várias autoridades. Os militares enfureceram-se, vendo a publicação como uma ofensa e uma "ameaça à segurança nacional", por macular com imoralidades os símbolos da Pátria[66]. Privê foi acusada de violar a Lei de Segurança Nacional e a Lei de Imprensa, determinando o ministro Abi-Ackel a apreensão, pela Polícia Federal, de todos os 100 mil os exemplares da edição nº 16 e a abertura de processo contra os responsáveis pela Ideia Editorial LTDA, responsável pela publicação[67].

O regime, além de se ver como guardiã moral da sociedade, entendia como "seus" os símbolos nacionais, podendo dizer quem poderiam usá-los e como.

[64] Segundo o jornalista Leonel Prata, que à época, trabalhava na Editora Três, responsável pela editoração da Revista Privê para a Ideia Editorial, a foto da modelo era importada da Inglaterra. https://leonelprata.webnode.com.br/cronicas/elvira-do-ipiranga/ Acesso a 08/03/2023.
[65] Revista Privê, nº 16, de setembro de 1980. Vide https://leonelprata.webnode.com.br/cronicas/elvira-do-ipiranga/ Acesso a 08/03/2023.
[66] Isto É, 1º/10/1980.
[67] Jornal do Brasil, 20/09/1980; Tribuna do Ceará, 10/09/1980. Isto É, 17/09/1980.

Uma ditadura que havia endossado e se aproveitado politicamente do nacionalismo para sustentar-se e justificar a perseguição e mesmo eliminação de quem considerava "maus brasileiros" ... A apreensão da revista Privê nº 16 e as iniciativas do governo, de modo geral, de combater a circulação de revistas pornográficas chegaram a ser elogiadas por parte da grande imprensa. Em editorial, a Tribuna do Ceará exultou:

> Surgiram esta semana, finalmente, os primeiros sinais de que o governo resolveu aplicar a lei a fim de impedir a circulação de revistas pornográficas e processar os responsáveis por tais publicações.
> Antes tarde do que nunca. O governo (...) se manteve muito tempo omisso diante da onda de imoralidade que invadira o país (...). Foi preciso que o deboche atingisse as raias do absurdo, com a divulgação, por uma revista denominada PRIVÊ, de uma fotografia imoral com dizeres achincalhantes ao hino nacional para que as autoridades se erguessem do "berço esplêndido" para empregar as armas legais contra a publicação atrevida e sórdida. Felizmente, quase ao mesmo tempo, o Dr. Carlos de Mello, curador de menores da comarca do Rio de Janeiro, proibiu a venda da revista ERÓTIKA, por ofensas aos bons costumes, por fotografias licenciosas e textos imorais. (...)
> É uma pena que, por ora [sic], a reação governamental atinja apenas as revistas, enquanto o teatro e o cinema descem aos porões mais imundos da imoralidade que agride os espectadores pelas imagens, pelas cenas e pelos palavrões próprios do submundo do meretrício, da vagabundagem, do crime de todos os vícios"[68].

Mesmos após a redução da onda de atentados às bancas e com o aprofundamento do processo de abertura, a apreensão das revistas eróticas continuou, ocorrendo vez por outra e denotando como essa questão de defesa dos bons valores era imanente ao regime e contava com apoio considerável de setores da população. A 4 de junho de 1981, agentes do Juizado de Menores de Curitiba provocaram alvoroço aos invadirem bancas no centro da cidade e confiscarem as publicações do gênero. Os jornaleiros ficaram indignados: "um verdadeiro espetáculo arbitrariedade, sensacionalismo e marginalização", disse um deles sobre a operação, enquanto outro reclamava do prejuízo de 80 mil cruzeiros[69].

A persistência dos confiscos das revistas e o autoritarismo que ainda marcava as práticas sociais do Brasil, evidenciado no temor da população ante

[68] Tribuna do Ceará, 13/09/1980.
[69] Diário da Tarde (Curitiba), 05/06/1980.

os integrantes da estrutura repressiva, levaram a ações também de aproveitadores e estelionatários. Paulo Fernando Craveiro, responsável por uma coluna do Diário de Pernambuco, em edição de abril de 1982, informou que indivíduos, se passando como agentes da Polícia Federal em operação de combate à pornografia, estavam engando os jornaleiros e recolhendo as revistas eróticas de bancas – "partindo, a seguir, alegremente para seu voyeurismo", emendou, ironicamente, o colunista [70]...

Conclusão

No final dos anos 1970 e começo da década seguinte, grupos de extrema-direita realizaram diversos atentados pelo Brasil. Os terroristas temiam perder espaços de poder com a flexibilização da ditadura e muitos acreditavam que a liberalização do regime permitiria a atuação livre dos "subversivos", havendo, pois, riscos de "comunização" do País. Foram realizados ataques com bombas a diversas entidades e pessoas, havendo mortos e feridos. Entre os alvos das bombas, estiveram as bancas de jornais. A historiografia enfatiza que os ataques aos jornaleiros se deram em virtude da venda de jornais da imprensa alternativa. Sem descartar esse aspecto, buscamos mostrar que um fator moral, entenda-se, a negociação de revistas eróticas/pornográficas pelas bancas, também teve sua relevância para a onda de atentados às bancas.

Para setores conservadores e liberais, fossem defensores da ditadura ou não, a abertura política teria tido como efeito colateral uma "onda pornográfica". Os mais radicais entendiam mesmo que as revistas eróticas serviam a pretensos planos sequestros comunistas de tomada do poder institucional, na medida em que corrompiam moralmente a sociedade, especialmente, a juventude. Assim, na busca de capitalizar politicamente e obter apoio à causa contrária à abertura, grupos como Falange Pátria Nova, Comando Delta, Movimento Anticomunista, entre outros, promoveram diversas ações contra jornaleiros.

A onda de ataques às bancas, porém, teve uma redução drástica a partir de setembro de 1980, para o que teriam contribuído um controle dos radicais mais jovens e ações do próprio Estado ditatorial, inibindo a venda de jornais

[70] Diário de Pernambuco, 06/04/1982.

alternativos e de revistas eróticas. Os terroristas ficaram impunes enquanto não poucos jornaleiros acabaram processados e até detidos pelas autoridades.

Referências

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ARGOLO, José Amaral. RIBEIRO, Kátia. FORTUNATO, Luiz Alberto M. **A direita explosiva no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1996.

BONANATE, Luigi. Terrorismo político: In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

BRITO, Antônio Maurício Freitas. "um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida": anticomunismo, sexualidade e juventude nos tempos da ditadura. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 26, p. 1-22, 2019.

CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagre**: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FICO, Carlos. "**Prezada censura"**: cartas ao regime militar. Topoi, Rio de Janeiro, nº 5, p. 251-286, dez. 2002.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARCELINO, Douglas Attila. **Salvando a pátria da pornografia e da subversão**: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MEDEIROS, Rogério; NETTO, Marcelo. **Memórias de uma guerra suja**: Cláudio Guerra em depoimento. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho"**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes**: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. Apresentação. Memória, história e autoritarismo. In: _____ (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018.

Recebido em Junho de 2023
Aprovado em Junho de 2023